

## **Bolsonarismo e a psicologia das massas 100 anos depois**

*Fábio Santos Bispo\**  
*Melissa Festa Scaramussa\*\**  
*Beatriz Oliveira Da Silva\*\*\**

### **Resumo**

Este artigo propõe uma discussão sobre as condições subjetivas, sociais e tecnológicas que sustentam o poder de influência do bolsonarismo no Brasil. Vimos nas últimas eleições e durante a pandemia a força do compartilhamento de *fake news* nas redes sociais como estratégia de manipulação de massas. Indagamos que tipo de relação entre saber e verdade (Lacan, 1969-70/1992) foi constituída para que se tornassem virais. Constatamos que, 100 anos depois, a psicologia das massas (Freud, 1921/1996) ainda apresenta importantes chaves de leitura para pensar as contemporâneas formas de laços virtuais perante uma capitalização cínica da pulverização do lugar do Outro.

**Palavras-chave:** BOLSONARISMO; *FAKE NEWS*; REDES SOCIAIS; PSICOLOGIA DAS MASSAS.

## **Bolsonarism and the psychology of the masses 100 years later**

### **Abstract**

This article proposes a discussion about the subjective, social and technological conditions that sustain the influence power of Bolsonarism in Brazil. We saw in the last elections and during the pandemic the strength of sharing fake news on social networks as a strategy of mass manipulation. We ask what kind of relationship between knowledge and truth (Lacan, 1969-70/1992) was constituted so that they would become viral. We find that, 100 years later, the psychology of the masses (Freud, 1921/1996) still presents important contributions to think about the contemporary forms of virtual ties before a cynical capitalization of the spraying of the place of the Other.

**Keywords:** BOLSONARISMO; FAKE NEWS; SOCIAL NETWORKS; PSYCHOLOGY OF THE MASSES.

---

\* Doutor em Psicologia, Professor do Departamento de Psicologia e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Institucional da Universidade Federal do Espírito Santo, membro do Coletivo Ocupação Psicanalítica.

ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0003-0488-6163>

E-mail: [fabio.bispo@ufes.br](mailto:fabio.bispo@ufes.br)

\*\* Psicóloga, mestranda em Psicologia pelo Programa de Pós-graduação em Psicologia Institucional da Universidade Federal do Espírito Santo.

ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0002-7604-2616>

E-mail: [melissa.festa.scaramussa@gmail.com](mailto:melissa.festa.scaramussa@gmail.com)

\*\*\* Psicóloga Clínica. Mestranda em Psicologia pelo Programa de Pós-graduação em Psicologia Institucional da Universidade Federal do Espírito Santo.

ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0002-5634-5425>

E-mail: [biaoliveira.md@gmail.com](mailto:biaoliveira.md@gmail.com)

## Bolsonarismo et la psychologie des masses 100 ans plus tard

### Résumé

Cet article propose une discussion sur les conditions subjectives, sociales et technologiques qui soutiennent le pouvoir d'influence du bolsonarisme au Brésil. Nous avons vu lors des dernières élections et pendant la pandémie la force du partage de fake news sur les réseaux sociaux comme stratégie de manipulation de masse. Demandons quel type de relation entre le savoir et la vérité (Lacan, 1969-70/1992) a été constitué pour qu'ils deviennent viraux. Nous constatons que, 100 ans plus tard, la psychologie des masses (Freud, 1921/1996) présente encore d'importantes clés de lecture pour penser les formes contemporaines de liens virtuels face à une capitalisation cynique de la pulvérisation du lieu de l'Autre.

**Mots clés:** BOLSONARISMO; *FAKE NEWS*; RESEAXS SOCIAUX; PSYCHOLOGIE DES MASSES.

O atual, desconcertante e vergonhoso fenômeno do bolsonarismo no Brasil obriga-nos a pensar nas condições subjetivas, sociais e tecnológicas que o possibilitaram e que ainda sustentam seu poder de influência. Constatamos que, 100 anos depois, a psicologia das massas de Freud (1921/1996) ainda se constitui como uma rica chave de leitura, que merece ser retomada a partir do prisma das contemporâneas formas de laços virtuais possibilitadas pelas redes sociais. Desde a eleição de Donald Trump nos Estados Unidos, em 2016, passamos a conhecer mais amplamente a força do compartilhamento de *fake news* nas redes sociais como estratégia de manipulação midiática de massas. No contexto brasileiro, o compartilhamento de mensagens falsas obteve um papel central na campanha para as eleições de 2018 e tudo indica que deverá manter sua centralidade em 2022.

O debate sobre o fenômeno do bolsonarismo comporta uma dupla complexidade: A) primeiramente, aquela que advém da própria dificuldade de se enxergar algo que está muito próximo de nós e que, como tal, apresenta-se como uma luz que ofusca. Agamben (2009) propõe que o contemporâneo está justamente no exercício de divisar as trevas que subjaz às luzes da obviedade de nosso tempo. Demarca, porém, que o que nos impede o acesso ao presente é precisamente algo que, por seu caráter traumático ou sua extrema proximidade, não conseguimos viver. O bolsonarismo parece comportar tanto o caráter inacreditável que desperta “o sentimento inconfundível da angústia traumática” (Fuks, 2020), quanto essa extrema proximidade, característica de um processo inconcluso que pode mover-se para várias direções (na melhor das hipóteses, dissolver-se como uma onda ruim). B) Outra complexidade advém de seu suporte nas tecnologias de comunicação de massa, cuja velocidade de transformação comporta um dinamismo inédito e vertiginoso. Somos então convocados a pensar os laços sociais e os fenômenos de massa em um contexto inédito e fugaz, em termo das possibilidades de conexão e de linhas de comunicação.

Podemos retornar ao ano de 2013, em que assistimos a uma explosão de manifestações populares, que levaram dezenas de milhares de pessoas às ruas. Já havia sido possível sentir, desde as eleições de 2010, a emergência de uma potência disruptiva das mídias virtuais, em comparação com a propaganda eleitoral veiculada pelos meios tradicionais televisivos. Na ocasião, as avaliações do valor político das mobilizações virtuais eram bem mais positivas. Destacava-se certa abertura democrática dos debates públicos possibilitada pela internet (Castillo, 2011; Santos, 2011), que parecia ameaçar a hegemonia dos poderes econômicos que detinham o acesso aos meios de comunicação

de massa<sup>1</sup>. Em pouco tempo, entretanto, o cenário otimista se esvai e vemos surgir uma capitalização desse espaço virtual por forças abertamente manipuladoras: a mobilização de afetos irracionais, manifestações de ódio através de notícias falsas e boatos difamatórios etc. Durante a pandemia, observamos estarrecidos como opiniões esdrúxulas e malélicas para a saúde pública – como o tratamento precoce, a imunidade de rebanho e o movimento antivacina – ganharam a adesão de grandes grupos, incluindo pessoas supostamente esclarecidas ligadas à área médica e ao Conselho Federal de Medicina, que silenciou diante do negacionismo bolsonarista (Jucá, 2021).

Desde 2010, houve muitas mudanças, não apenas no cenário político – que passou por crises sucessivas –, mas também no próprio universo virtual, que transformaram muito rapidamente a forma como as pessoas produzem e compartilham conteúdos, interagem em comunidades e consomem produtos e informações na rede. O uso de robôs (contas automatizadas) e o desenvolvimento de algoritmos de inteligência artificial vêm possibilitando um controle progressivo pelo capital do espaço de circulação na rede, controle que escapa mais facilmente aos mecanismos de transparência (Amaral & Santos, 2019). A possibilidade de influenciar o resultado de eleições destaca o poder que o controle tecnológico das interações virtuais carrega, com seus impactos ameaçadores no sistema democrático. O negacionismo na pandemia e a invasão do capitólio nos Estados Unidos são dois exemplos concretos dos efeitos ameaçadores e destrutivos do universo virtual refletindo-se na vida social.

Diante desse contexto, destacamos duas questões para as quais a psicanálise pode fornecer algumas linhas de abordagem: A) primeiramente, que tipo de relação entre saber e verdade as *fake news* puderam constituir para se tornarem virais e ganharem influência massiva? B) Para além da crença, como podemos pensar a adesão em massa a notícias e ideias tão absurdas durante todo esse período de ascensão do bolsonarismo?



Para a primeira questão, apontamos certa capitalização cínica da pulverização do lugar do Outro que legitima o saber na contemporaneidade. Evocamos a noção de semblante para trazer uma hipótese lacaniana sobre certa transformação na relação entre saber e verdade que tornaria o terreno fértil para a proliferação autoverdades, ou seja, de falas performáticas cujo valor se afirma no próprio ato de proferimento. Trata-se do que Eliane Brum (2018) definiu como “a valorização do ato de dizer, mais do que o conteúdo do que se diz”, como estratégia para explorar politicamente o desamparo social e a inexistência do Outro. Freud, em *Psicologia das massas*, auxilia-nos a pensar a segunda indagação, pois questiona como movimentos de massa podem suprimir o sujeito, de modo que podemos discutir como essa lógica se manifesta no cenário das redes sociais.

### **Tudo que é discurso só pode dar-se como semblante**

Essa frase, dita por Lacan no Seminário 18, *De um discurso que não fosse semblante*, nos apresenta uma de suas formulações acerca da noção de verdade. Trata-se do que poderíamos entender como a decorrência de uma teoria da verdade em Lacan,

em sequência à formulação do Seminário 17, que define a interpretação como “o saber no lugar da verdade” (Lacan, 1969-70/1992). Para Lacan, o discurso sempre esconde uma impossibilidade de acesso à verdade – com exceção talvez do discurso do analista, que a revela. De toda forma, a exceção aqui não coloca a psicanálise no lugar de discurso verdadeiro. Como todos os outros, o discurso do analista também é agenciado por um semblante. Essa tese não é uma inovação desse seminário, pois já havia sido formulada com outras referências anteriormente, como nas afirmações de que a verdade tem estrutura de ficção (Lacan, 1956-57/1995), não há metalinguagem (Lacan, 1966/1998), não existe o Outro do Outro, ou da própria notação que aparece no grafo do desejo dando conta dessa impossibilidade no seio do Outro: o  $\bar{A}$  barrado (Lacan, 1960/1998). O que nos interessa, porém, nessa formulação é sua definição em termos de discurso. A fórmula de 1960 já traz a questão da carência de fundamento da verdade, ao afirmar que “o enunciado de autoridade não tem outra garantia senão sua própria enunciação” (p. 827). A formulação de 1971 evoca o incômodo “concernente ao excesso de aparências no discurso” (p. 11). “Para o discurso”, sentencia Lacan, “não existe nada de fato, se assim posso me expressar, só existe fato pelo fato de dizê-lo” (p. 12).

Pode-se dizer que o mundo da política eleitoral é o melhor lugar em que se pode dar corpo a essa tese. Sempre concebemos o discurso político como repleto de promessas falsas, é sempre a mesma coisa, é só um faz de conta. Nesse sentido, a política é um jogo que se vale desse faz de conta para produzir seus efeitos. Mas, para que o jogo funcione, é preciso que as pessoas confiem na seriedade de suas regras. Podemos dizer que a política depende da lógica da crença, explicitada por Žižek (2012): “a estrutura da crença é aquela da *Spaltung und Verleugnung* [cisão e desmentido] fetichistas (“Sei que não há grande Outro, mas ainda assim...” (p. 12). Não é trivial o fato que Žižek aponta de que ninguém escapa da crença. Podemos pensar isso no universo da política: eu sei que nada vai mudar, mas, ainda assim, tenho que votar e fazer a escolha certa.

Apesar de a crença ser, de alguma forma estrutural e determinante para que as coisas funcionem, não quer dizer que a descrença não possa ser mobilizada. Em todo pleito, os eleitores deparam-se com certa sensação de desesperança, que podemos traduzir em termos lacanianos: uma sensação de que o Outro não existe e de que é tudo semblante – ou, em termos mais populares: sempre conversa para boi dormir. Mesmo em 2010, por exemplo, quando o governo chega às eleições com uma popularidade de quase 90% e consegue eleger sua candidata, podemos tomar a eleição de Tiririca para a Câmara como um sinal de que a descrença na política pode ser utilizada com sucesso. Por mais que os jornalistas e intelectuais alertassem para a armadilha democrática caracterizada pelo voto de protesto, o palhaço brasileiro conseguiu ser o mais votado no cargo que disputou. Conseguiu esse feito justamente destacando, em sua campanha, o seu próprio despreparo: “Vote Tiririca, pior do que tá não fica”.

Se a eleição de Tiririca já demarcava a potência mobilizadora da descrença no sistema, nos últimos anos vimos o quanto a maximização dessa estratégia pode ser deletéria. O poço não tem fundo, o pior sempre pode advir e trazer consigo novas ondas de discursos destrutivos. Não quer dizer que a democracia brasileira seja menos evoluída que outras. O fato é que toda democracia, por ser sustentada pelo discurso, tem sempre uma dimensão plástica, de ficção ou de fantasia. A própria democracia americana, que sempre se coloca como modelo para o mundo, foi posta nas cordas por uma estratégia política de extrema direita que buscou explorar seus paradoxos.

O que acontece no Brasil na década de 2010 é que as crises econômicas e o discurso contra a corrupção passam a ser utilizados como estratégia para capitalizar essa

descrença, buscando personificá-la primeiramente na figura do PT e, depois, nas próprias instituições públicas, como o STF e o sistema eleitoral com as urnas eletrônicas. Os protestos massivos de 2013 já se enunciavam como uma resposta ao declínio da confiança no Outro, entrevista nas críticas aos partidos políticos como forma de representação democrática. Alguns intelectuais alertavam então para os riscos envolvidos nessa generalização da descrença. As fraturas na representação política poderiam abrir espaço para o ressurgimento de antigos monstros autoritários ou para o protagonismo de novos monstros. De acordo com Bruno Brandão, um dos impactos da pauta anticorrupção foi a descrença da população no sistema democrático. Houve uma perda de 20 pontos percentuais de confiança na democracia em apenas um ano. “Hoje, o Brasil é o pior país de confiança no sistema democrático em toda a América Latina. O risco de resposta autoritária capturando essa agenda é real” (Maakaroun, 2018) avalia Brandão, diretor-executivo da Transparência Internacional no Brasil.

A ideia de que a corrupção é generalizada e de que não se pode confiar no discurso da política constitui o cenário ideal de relativização da verdade que levará à possibilidade de que “verdades alternativas” sejam fomentadas. Essa expressão está relacionada com a resposta dada pelo governo Trump ao questionamento da imprensa contra declarações falsas do presidente – e se aproxima de forma desconcertante da afirmação de Lacan trazida acima de que, para o discurso, não existem fatos: “Você está dizendo que é uma mentira. Nosso chefe de imprensa, Sean Spicer, apresentou fatos alternativos a isso” (Sakamoto, 2017). Alguns autores (Fuks, 2020; Brunhari, 2021) demarcam o parentesco do bolsonarismo com o fascismo a partir da manipulação desse lugar vazio de fundamento da autoridade, com o intuito de capturar, dominar o sujeito e impor uma ideologia. O impulsionamento das redes sociais permitiu uma forte potencialização dessa estratégia, fazendo com que as verdades alternativas fossem aceitas e massivamente compartilhadas pela população. A própria universidade passou a ser alvo dessa tática de deslegitimação, nos primeiros anos do governo Bolsonaro e, durante a pandemia, as instituições científicas mais tradicionais – como institutos de pesquisa e a própria Organização Mundial de Saúde (OMS) –, o que permitiu uma massiva militância contra as medidas de proteção à saúde pública e contra a vacinação da população.

A estratégia é usar a própria desconfiança nos semblantes para promover uma espécie de lugar de exceção a “tudo isso que está aí”. Se o poder sempre se valeu da imagem (reforçada pela mídia) e do saber (sustentada no discurso da universidade e da ciência) para estabelecer suas verdades, uma verdade alternativa deve mostrar-se contra essas forças. Daí os movimentos de desqualificação do jornalismo, bem como da universidade e de seus professores e cientistas, representantes do saber, constantemente acusados de comunistas e esquerdopatas. Nesta era, que ficou conhecida como pós-verdade (Amaral & Santos, 2019), as *fake news* ganham peso justamente por se valerem dos furos do saber. Já que não existe um Outro que pode dar a garantia da verdade, o que vale é o que eu digo. Ou, em outras palavras, tem mais valor quem tem coragem de proferir sua própria verdade. “É como impostor”, diz Lacan (1960/1998), “que se apresenta, para suprir sua falta, o Legislador” (pp. 827-828). Se a psicanálise e toda uma tradição de filosofia crítica veio, a partir dos anos sessenta, criticar o caráter violento e arbitrário do poder, o bolsonarismo vem, no extremo oposto, valer-se de denúncias da impostura do Outro para difundir seu próprio poder de violência.

## Psicologia das Massas ou de Grupo nas Redes Bolsonaristas

Ainda que o descrédito dos semblantes tenha sido importante, não nos parece explicação suficiente para o crédito massivo auferido por *fake news* esdrúxulas. Aqui evocamos a atualidade das elaborações de Freud (1921/1996) sobre a psicologia das massas ou psicologia de grupo. A ambiguidade entre as diferentes traduções pode ser operativa nesse cenário. Se, por um lado, do ponto de vista midiático, a noção de massificação pode ser pertinente para se pensar a mobilização massiva dos apoiadores do governo; por outro lado, essa massa não foi alcançada senão pela lógica de se transmitir, para cada grupo, o que cada um queria ouvir. As mídias sociais permitiram que a campanha eleitoral pudesse destacar, para os religiosos, os boatos relativos à sexualidade; para os militares, as questões pertinentes a um suposto patriotismo e à militarização da segurança pública; para os empresários, uma promessa de liberalismo econômico e, para os antipetistas, mensagens contra a corrupção. Ao mesmo tempo em que esses grupos formavam uma grande massa, cada um deles era mobilizado por mensagens diferentes, cuja veracidade ficava em segundo plano.

Evocando autores como LeBon e McDougall, Freud (1921/1996) tenta explicar a mudança no comportamento do indivíduo quando este se insere num grupo. Cita características como a supressão do indivíduo em nome do grupo, a intensificação das emoções e o desprezo pela verdade. Freud vai além da noção de sugestão e toma o conceito de libido para embasar sua análise, propondo a demanda de amor como uma força capaz de mobilizar a adesão cega das pessoas a determinado grupo. Não deixa de salientar que a inserção em grupos mais organizados poderia operar num sentido oposto – com a elevação dos princípios éticos, a construção de métodos de trabalho etc. –, de modo que esses fenômenos estariam mais ligados a grupos efêmeros, massas ou multidões. Algumas das transformações subjetivas por ele descritas foram exploradas por movimentos fascistas e remetem diretamente à nossa discussão sobre a capacidade de mobilização das *fake news*. Por exemplo:

Os grupos nunca ansiaram pela verdade. Exigem ilusões e não podem passar sem elas. Constantemente dão ao que é irreal precedência sobre o real; são quase tão intensamente influenciados pelo que é falso quanto pelo que é verdadeiro. Possuem tendência evidente a não distinguir entre as duas coisas [...]. Tal como nos sonhos e na hipnose, nas operações mentais de um grupo a função de verificação da realidade das coisas cai para o segundo plano, em comparação com a força dos impulsos plenos de desejo com sua catexia afetiva (Freud, 1921/1996, p. 87).

Amana Mattos (2021) adverte que, não poucas vezes, essas características destacadas por Freud são utilizadas para deslegitimar ações coletivas de movimentos sociais minoritários. Ainda que o próprio LeBon, com quem Freud dialoga, tenha contribuído com o racismo científico e a patologização de movimentos populares de insurreição – como testemunha o artigo sobre a loucura epidêmica de Canudos, do psiquiatra brasileiro Nina Rodrigues (1939) –, é importante reivindicar o valor crítico do texto freudiano, cuja análise vem destacar o lugar de domínio do líder e os mecanismos de vinculação do grupo. É justamente como uma crítica e uma elucidação dos mecanismos autoritários de poder que o texto de Freud precisa ser retomado. Não é à toa que os grupos artificiais analisados são a Igreja e o exército, duas instituições que explicitam e perenizam formas de controle e disciplina social.

Não é preciso fazer muito esforço para enxergar na passagem supracitada o retrato de alguns grupos de whatsapp bolsonaristas. Os adeptos não apenas deixam para segundo plano a função de verificação da realidade como hostilizam qualquer tentativa nesse sentido. Os sentimentos se mostram, tal como descritos por Freud (1921/1996), “muito exagerados” de maneira que se, antes, algumas divergências de opinião eram dialetizadas ou toleradas, durante a campanha e mesmo depois, durante a pandemia, transformam-se em “ódio furioso” (p. 85). Insinuações ou acusações falsas contra adversários políticos geram verdades que se transformam “numa certeza incontrovertível” (p. 85). Antigos apoiadores que ousam divergir e criticar o governo, transformam-se em inimigos e são alvos das milícias digitais dirigidas pelo que ficou conhecido como “gabinete do ódio”<sup>2</sup>.

Não podemos deixar de pontuar a peculiaridade que constitui o grupo de whatsapp. De fato, não se assemelha a nada que pudesse ser imaginado por Freud há um século. Comporta uma diferença mesmo em relação às comunidades das redes sociais existentes nas eleições anteriores, de 2010 e 2014. O sociólogo Zygmunt Bauman (2004) já discute há algum tempo a fragilidade dos vínculos sociais caracterizada pela conexão virtual. Afirma que os contatos on-line são mais fáceis e comportam menos riscos, pois permitem uma rápida desconexão sem muitas explicações. À primeira vista, parece que correspondem aos grupos efêmeros, cujo vínculo libidinal seria fugaz, atualizando o oposto daquilo que Freud privilegiou em sua análise das igrejas e dos exércitos. Destacando, entretanto, com detalhes as características descritas por Freud (1921/1996), veremos que os grupos virtuais de whatsapp conseguiram, melhor do que as antigas comunidades do Facebook, compensar a fragilidade do engajamento e obter aquilo com que muitas igrejas e partidos sonham, uma militância fervorosa de seus membros.

Uma Igreja e um exército são grupos artificiais, isto é, uma certa força externa é empregada para impedi-los de desagregar-se e para evitar alterações em sua estrutura. Via de regra, a pessoa não é consultada ou não tem escolha sobre se deseja ou não ingressar em tal grupo; qualquer tentativa de abandoná-lo se defronta geralmente com a perseguição ou severas punições... (p. 105).

Se, diferente da confissão religiosa, é tão fácil abandonar um grupo mediado pela conexão virtual, o que explicaria essa estabilidade do engajamento entre os grupos bolsonaristas? Se as antigas comunidades do Facebook poderiam ficar por longo tempo sem receber uma visita – assim como um fiel que só frequenta a igreja em datas comemorativas – o WhatsApp e o Instagram trouxeram novas ferramentas para manter o engajamento contínuo. O primeiro, devido à sua constância: as mensagens podem ser enviadas e compartilhadas 24 horas por dia e demanda do usuário uma atenção que já se inicia quando ele se levanta da cama e não termina quando ele se deita. Em vez de uma prece, uma visualização prolongada das mensagens, que vão remetê-lo a outras redes, movimentando também as comunidades do Facebook, do Instagram, do Tiktok etc. Se o usuário se desconecta de uma rede ou de uma notícia, os algoritmos, sem precisar recorrer a severas punições, vão persegui-lo, fazendo a mensagem chegar por outras vias. As bolhas de filtro [*filter bubbles*], descritas por Bakir e Mcstay (2017) como “câmaras de eco [*echo chambers*] criadas por algoritmos” propiciam uma renovação constante da fé no grupo, ofertando o que o usuário deseja ouvir – com base nos rastros deixados por “suas ligações, histórico de navegação, compras e postagens e pesquisas” (p. 8). É o que os autores denominam “viés de confirmação”, uma tendência de confirmação das crenças pré-existentes, que opera de forma inconsciente. A ubiquidade

das plataformas digitais compensa a facilidade da desconexão, já que a ovelha desgarrada nunca estará distante do olhar da vigilância digital. O vínculo libidinal é literalmente monetizado. Em vez de ser alimentado pelos encontros, como nos laços off-line, são alimentados pela contabilização de acessos e curtidas – maximizada pelo uso de robôs –, que se colocam como marcas do que o Outro deseja, induzindo o usuário a vincular-se com o desejo da massa.

Para além, entretanto, da força que tem o grupo sobre o sujeito, Freud (1921/1996) ajuda-nos a pensar no fundamento de sua estruturação. Ele toma a relação com o líder como um elemento central que determina a força erótica do laço grupal. Evoca a noção de identificação para esclarecer esses laços, tomando-a como “a mais remota expressão de um laço emocional com outra pessoa” (p. 115). A função do líder segue a estrutura da relação com o lugar deixado pelo pai primevo, que se coloca como o ideal do grupo, “que dirige o ego no lugar do ideal do ego” (p. 138). Considerando toda uma série de estudos que, inspirados no texto de Freud, discutem “a personificação de um líder e a possibilidade de sua sustentação no poder” (Brunhari, 2021), propiciadas pela propaganda fascista (Adorno, 1951/2015; Fuks, 2020), não resta dúvida acerca da importância da função do líder no movimento de manipulação de massas. O desafio é pensar como essa função se insere no contexto bolsonarista.

Retomando os termos lacanianos, o líder é alguém que sustenta o semblante de não estar submetido à castração e que se coloca, pois, como uma exceção. Não é difícil perceber a relação entre a proliferação das *fake news* e os processos de identificação grupal, na medida em que o amor do grupo ou pelo grupo viria suplantar a relação com a verdade. O ponto mais complexo de conciliar com as reflexões freudianas é o da relação do líder com a idealização paterna. Embora Freud (1921/1996) destaque que a idealização se constitui como uma “tendência que falsifica o julgamento” (p. 122), não deixa de haver pelo menos uma aparência de valor no objeto elevado à posição de ideal do ego de um grupo. “Nós o amamos por causa das perfeições que nos esforçamos por conseguir para nosso próprio ego” (p. 122), diz Freud, pois isso satisfaz ao narcisismo. Era de se esperar, pois, que o político capaz de unir grupos tão heterogêneos numa grande massa de apoiadores tivesse várias qualidades capazes de alçá-lo à condição de ideal. Mesmo que fossem qualidades oriundas de uma propaganda enganosa. Na situação, porém, em que os semblantes da política estão tão desgastados, o efeito de idealização parece ter-se originado justamente da capacidade de opor-se aos ideais. O que colocou Bolsonaro no lugar de exceção constituidora da massa parece ter sido o traço paradoxal de não ter nenhum traço de um líder tradicional, ou, destacando-se um outro lado, o semblante de não ter nenhum compromisso com os semblantes tradicionais da política e da própria cultura. Importante acentuar que mesmo essa imagem de descompromisso com a preservação das aparências não deixa de ter também o valor de semblante, ou seja, um discurso a ser sustentado.

Cabe pontuar aqui o valor atribuído por Freud (1921/1996) à identificação a uma “qualidade comum” – terceiro tipo de identificação por ele descrito – para a constituição do “laço mútuo existente entre os membros de um grupo” (p. 117). Se a vinculação com o líder, para Freud, proporciona esse traço comum; no bolsonarismo, ela adquire aspectos peculiares. Se a estratégia é capitalizar o desamparo e a descrença no Outro, podemos supor que a identificação ao pai como ideal simbólico cede então lugar ao que Safatle (2020a), resgatando Adorno, chama de uma identificação narcísica, sustentada na ideia do “pequeno grande homem” que se coloca como mais um do povo. Um de nós desafia as heranças normativas e institucionais que limita a violência de nosso gozo. O líder aqui busca então ser amado por suas imperfeições, no sentido de que elas constituem um novo ideal que o situará como um *outsider*.



Propomos que essa identificação capitaliza mais a face destrutiva do gozo cínico do pai do que sua oferta de amparo. Se em Freud o lugar do pai é caracterizado por uma ambivalência ou por uma dupla face: de um lado, amparo e pacificação, de outro ameaça de castração e ódio ou desejo de morte (Bispo, 2018), o movimento bolsonarista parece ter deslocado sua aposta da figura do pai amoroso para aquela do pai violento. É sua capacidade imaginária de ódio e destruição que capitaliza os gozos racista e sexista que já não precisam ser dissimulados. Bispo, Scaramussa e Peixoto (2021) propõem que uma face violenta da masculinidade pode ser transmitida pelo Édipo, de modo que a identificação ao pai comporta, simultaneamente, “uma identificação com sua imagem idealizada, que transmite uma lei que interdita o gozo (o pai morto), e uma identificação com o lugar de exceção a ele suposto, como alguém cujo gozo não é limitado pela lei” (p. 162). Em outros momentos, essa violência machista presente no discurso se mostra dissimulada nas estruturas excludentes do laço social, “na própria estrutura de competitividade agressiva do capitalismo” (p. 162). No bolsonarismo, por sua vez, os semblantes que dissimulam a violência são abandonados e esta é retomada nos discursos de apologia às armas e ao militarismo. Essa característica parece encontrar no Brasil muita ressonância, na medida em que os processos de exclusão, herdados do período de escravização (Guerra, 2020), situam os negros e a população periférica como alvos exclusivos de uma violência assumida. Dessa forma, os militantes podem sentir-se protegidos, acreditando que a violência exaltada por Bolsonaro não irá atingi-los e, ao mesmo tempo, liberar seus impulsos agressivos contra aqueles constituídos como inimigos.

Miller (1997) adverte que os cínicos com poder são perigosos, pois vivem “como se o Outro não fosse senão semblante” (p. 443), mas a manutenção desse semblante de alguém que “está cagando”<sup>3</sup> para o Outro exige uma contínua e interminável encenação de força destrutiva. Ainda mais considerando o cenário de engajamento propiciado pelas redes sociais, é preciso que haja um constante fomento das interações virtuais para manter a massa conectada e libidinalmente ativa. Os boatos produzidos contra os adversários alimentam parte da engrenagem, mas a produção de notícias e polêmicas precisa ser constante. Por isso, vimos que, mesmo após eleito, a estratégia de constante enfrentamento com instituições e atores do cenário político foi importante para manter a imagem de um presidente que não foi absorvido pelo sistema, mesmo que as alianças políticas com o centrão demonstrem o contrário.

Essa constante necessidade de reiteração do lugar de exceção acaba produzindo o que Safatle (2020b) chama de um “estado suicidário”, no sentido de um estado que “é o ator contínuo de sua própria catástrofe”. Ele opera a gestão da morte de setores da própria população – o que, na pandemia, tornou-se ainda mais explícito e generalizado com a militância contra as medidas de isolamento social e contra a vacinação – ao lado de um flerte contínuo e arriscado com sua própria destruição. Safatle evoca justamente os pontos destacados aqui, da capitalização da descrença no Outro como um movimento que busca

[...] fazer da revolta contra o estado injusto, contra as autoridades que nos excluíram, o ritual de liquidação de si em nome da crença na vontade soberana e na preservação de uma liderança que deve encenar seu ritual de onipotência mesmo quando já está claro como o sol sua impotência miserável.

Enquanto a referência do estado suicidário demarca o autossacrifício como marca da fidelidade a um discurso que se quer institucionalizar, aqui no Brasil, no entanto, a situação parece mais como um sequestro do Estado e a destruição de suas

estruturas, sem nenhum compromisso com qualquer discurso, a não ser com o discurso do ódio destrutivo. Mesmo a necessidade de manter as aparências para a própria base eleitoral não passa pela necessidade de coerência com a própria palavra, o que serviria de limite para as intervenções destrutivas. Os movimentos de desmentir as próprias afirmações, ou de editar decretos e portarias polêmicas para revogá-los em seguida demonstra que não é o conteúdo do discurso (ou a coerência da imagem) que está em jogo, mas o semblante de alguém que não se deixa limitar nem por seus próprios valores.



### Para Concluir

Depois de tudo, pode ser difícil evitar a impressão de que não há nada positivo no avanço das tecnologias, nem nos movimentos de massa, muito menos na política. É preciso então fazer um último discernimento, para não correremos o risco de embarcar no mesmo movimento reacionário de deslegitimar quaisquer movimentos de revolta, igualando-os às estratégias fascistas. Podemos constatar pelo menos três diferentes modos pelos quais o ódio se dissemina nas redes sociais: a) este modo sobre o qual nos detivemos, que pode ser qualificado como uma necropolítica (Mbembe, 2016), no sentido de se articular como uma técnica de governo ou com um uso deliberado, capitalizado e sistemático de estratégias tecnológicas de manipulação de massa que podem ser comparadas com a propaganda fascista; b) um modo mais difuso, desarticulado de estratégias políticas, mas igualmente determinado pelos discursos racistas e sexistas que determinam diversas modalidades de apresentação da violência no laço social e que podem ser impulsionadas pela lógica das massas e das redes sociais; e c) um modo de insurreição, aquele que advém como uma revolta que explode contra a violência opressora. Fanon (1968) adverte que não se pode comparar a política de ódio do opressor com a revolta dos oprimidos. Ao comentar as insurreições das massas rurais, ele aponta que elas não representam senão um dos meios para intervir na luta. Audre Lorde (1981) também nos convoca a realizar essa distinção entre a violência do opressor e a reação do oprimido. Em seu texto *The use of anger: womens responding to racism*, a autora discorre sobre a diferença entre a resposta violenta de mulheres negras ao racismo e os próprios atos racistas violentos. Ela defende que a raiva e fúria são reações apropriadas contra atitudes racistas, principalmente quando as ações que surgem daquelas atitudes não mudam. Lança uma questão provocativa para aqueles que temem mais a raiva de mulheres de cor do que as atitudes racistas não analisadas: “a

raiva das mulheres de Cor é mais ameaçadora do que o ódio às mulheres que impacta todos os aspectos das nossas vidas? (Lorde, 1981, p. 9)

Por vezes, a indignação coletiva nas redes sociais contra alguma violência explícita ou implícita é incluída na crítica ao que se apelidou de “política do cancelamento”, que consiste em um boicote sistemático a alguém, geralmente uma celebridade, que apresenta uma fala ou posicionamento preconceituoso ou ofensivo a grupos subalternizados. Esse movimento precisa ser diferenciado do discurso de ódio engendrado pelo bolsonarismo e de outras violências menos explícitas. Em muitos casos, a única forma de se reagir é com o uso da raiva, como um poderoso afeto que pode mobilizar uma revolta massiva contra a violência naturalizada. Não foi isso que se deu com a viralização do vídeo do assassinato de George Floyd? O que nos leva a aceitar com passividade as mortes semelhantes que ocorrem cotidianamente aqui no Brasil? A fala de Freud citada acima, de que as massas dão mais importâncias às ilusões do que ao real, ganha muita importância se a tomamos nesse contexto em que a real violência é invisibilizada. É contra o risco das revoltas populares que a lógica de manipulação das massas entra em jogo.

“A política está efetivamente demonizada, e vai levar um tempo muito grande pra gente poder tratá-la com seriedade”, sentenciou o ex-presidente Lula em entrevista ao EL PAÍS e à Folha de S. Paulo (F.F.J. & C.J., 2019). Alguém que se apresenta com a pose de dizer o que pensa e de não levar a sério as grandes questões do nosso tempo parece ter-se colocado na posição de exceção ideal para a constituição dos efeitos massivos de grupo. O impacto dessa estratégia não teria sido tão grande, no entanto, se não fosse a força das mídias virtuais, com suas renovadas estratégias de engajamento. Os aplicativos de mensagens e outras redes sociais mostraram-se um ambiente perfeito para trazer vozes que se apresentavam como oposição não apenas à grande mídia, mas ao próprio saber que sempre sustentou o poder. Em vez de acreditar no saber que vem do Outro, foi possível fixar-se nas verdades *prêt-à-porter*, ou seja, nas mensagens direcionadas de acordo com o interesse de consumo de cada segmento. Apesar de todo o sucesso do movimento bolsonarista, porém, há ainda algum espaço para um uso insubordinado e subversivo das redes sociais, que dê outro valor político à mobilização das massas. Não temos nenhuma garantia antecipada de que mesmo os movimentos de insurreição não serão cooptados ou neutralizados, como aconteceu com o movimento #EleNão durante a campanha eleitoral, mas isso não exclui a necessidade da aposta.

## Referências

Adorno, T. W. (2015). A teoria freudiana e o padrão de propaganda fascista. In T. W. Adorno, *Ensaio sobre psicologia social e psicanálise*. São Paulo: Editora Unesp. (Original publicado em 1951)

Agamben, Giorgio. (2009). *O que é o contemporâneo? e outros ensaios*. Tradução de Vinicius Nicastro Honesco. Chapecó-SC: Argos.

Amaral, I., & Santos, S. J. (2019). Algoritmos e redes sociais: a propagação de fake news na era da pós-verdade. In: J. Figueira & S. Santos (Orgs.), *As fake news e a nova ordem (des)informativa na era da pós-verdade* (pp. 63-85). Imprensa da Universidade de Coimbra. Acesso em 06 jan. 2022, de [https://doi.org/10.14195/978-989-26-1778-7\\_5](https://doi.org/10.14195/978-989-26-1778-7_5)

Azevedo, R. (2021, 09 de julho). Bolsonaro diz em live: "Caguei para a CPI". Na verdade, está se borrando! Uol notícias. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/reinaldo-azevedo/2021/07/09/bolsonaro-diz-que->

[esta-zagando-para-a-cpi-na-verdade-esta-e-se-borrando.htm?empid=copiaecola](#) Acesso em: 10 jan. 2022.

Bakir, V., & McStay, A. (2018). *Fake news and the economy of emotions: Problems, causes, solutions*. *Digital Journalism*, 6(2), 154–175.

Bauman, Z. (2004). *Amor líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

Bispo, F. S. (2018). *Morte violenta: modalidades de apresentação no laço social*. Curitiba: CRV.

Bispo, F. S., Scaramussa, M. F., & Peixoto, H. W. (2021). Violência masculina - uma leitura clínica da constituição histórica e subjetiva da masculinidade. In: A. M. C. Guerra & R. G. e Lima (Orgs.), *A Psicanálise em elipse decolonial* (pp. 101-120). São Paulo: n-1 Edições.

Brum, E. (2018, 16 de julho). *Bolsonaro e a autoverdade*. *El país Brasil*, Acesso em 07 jan. 2022, de [https://brasil.elpais.com/brasil/2018/07/16/politica/1531751001\\_113905.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2018/07/16/politica/1531751001_113905.html)

Brunhari, M. V. (2021). *Interfaces entre fascismo e (a)política do Discurso Capitalista: uma perspectiva a partir do centenário de “Psicologia das Massas e Análise do Eu”*. Comunicação oral na Plenária Os 100 anos de “Psicologia das massas e análise do eu”: (a)política, fascínio e mito. XV Simpósio Internacional do Programa de Pós-Graduação em Psicanálise da UERJ.

Castillo, G. (2011). O papel da militância através das redes sociais durante as eleições. In: PaperCliq. Santos, N. & Brito, R. (Orgs.), *Mídias Sociais e Eleições 2010*. Ebook coletivo, Creative Commons. Acesso em 07 jan. 2022, de <https://www.slideshare.net/tarushijio/ebook-midias-sociais-e-eleicoes-2010>

Fanon, F. (1968). *Os Condenados da Terra* (J. L. de Melo, trad.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

F.F.J. & C.J. (2019, 26 de abril). Lula: “O inimigo central do Bolsonaro, além do PT, é o seu vice-presidente”. *El País Brasil*, Curitiba. Acesso em: 07 jan. 2022, de [https://brasil.elpais.com/brasil/2019/04/26/politica/1556306204\\_094992.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2019/04/26/politica/1556306204_094992.html).

Freud, S. (1996). Psicologia de grupo e análise do ego. In J. Strachey (Ed. e Trans.) & J. Salomão (Ed. e Trad.), *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud* (Vol. 18, pp. 79-154). Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1921)

Fuks, B. (2020, junho). *Da Linguagem do Terceiro Reich e da Linguagem do Bolsonarismo*. *Psicanalistas pela democracia*. Recuperado em 07 jan. 2022, de: <https://psicanalisedemocracia.com.br/2020/06/da-linguagem-do-terceiro-reich-e-da-linguagem-do-bolsonarismo-por-betty-bernardo-fuks/>

Guerra, A. M. C. (2020). O papel da Psicanálise na desconstrução do racismo à brasileira. *Revista Subjetividades*, 20 (Esp 2. O contemporâneo à luz da Psicanálise), e9547. <http://doi.org/10.5020/23590777.rs.v20iEsp2.e9547>

Jucá, B. (2021, 15 de outubro). Como o Conselho de Medicina silenciou diante do negacionismo de Bolsonaro e abraçou a cloroquina. *El país Brasil*. Acesso em 07 jan. 2022, de <https://brasil.elpais.com/brasil/2021-10-15/como-o-conselho-de-medicina-silenciou-diante-do-negacionismo-de-bolsonaro-e-abracou-a-cloroquina.html>

Lacan, J. (1992). *O Seminário, livro 17: o avesso da psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Original publicado em 1969-70)

Lacan, J. (1995). *O Seminário de Jacques Lacan, livro 4: As Relações de Objeto*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. (Original publicado em 1956-57)

Lacan, J. (1998). A ciência e a verdade. In: J. Lacan, *Escritos* (pp. 869-892). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. (Original publicado em 1966)

Lacan, J. (1998). Subversão do sujeito e dialética do sujeito no inconsciente freudiano. In J. Lacan, *Escritos* (pp. 807-842). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. (Original publicado em 1960)

Lacan, J. (2009). *O seminário, livro 18: de um discurso que não fosse semblante*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Original publicado em 1971)

Lorde, A. (1981). *The uses of anger*. In CUNY Academic Works - Women's Studies Quarterly. New York.

Maakaroun, B. (2018, 25 de março). Descrença no sistema democrático expõe país ao risco do autoritarismo. *Estado de Minas*. Acesso em 07 jan. 2022, de [https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2018/03/25/interna\\_politica,946586/descricao-no-sistema-democratico-expoe-pais-ao-risco-do-autoritarismo.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2018/03/25/interna_politica,946586/descricao-no-sistema-democratico-expoe-pais-ao-risco-do-autoritarismo.shtml)

Mattos, A. R. (2021). *Identificação e (a)política em terras do mito da democracia racial: reflexões a partir dos cem anos de “Psicologia das Massas e Análise do Eu”*. Comunicação oral na Plenária Os 100 anos de “Psicologia das massas e análise do eu”: (a)política, fascínio e mito. XV Simpósio Internacional do Programa de Pós-Graduação em Psicanálise da UERJ.

Mbembe, A. (2016). Necropolítica. *Arte & Ensaios, Revista do PPGAV/EBA/UFRRJ, Temáticas*, 32, 123-151.

Miller, J-A. (1997). Demanda e desejo. In: Lacan, J. *Lacan Elucidado: palestras no Brasil* (pp. 439-456). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.

Nina Rodrigues, R. (1939). A loucura epidêmica de Canudos. In: A. Ramos (Org.), *As coletividades anormais* (pp. 50-77). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Oliveira, M. (2011). A influência da campanha de Obama nas eleições brasileiras de 2010. In: PaperCliq. Santos, N. & Brito, R. (Orgs.), *Mídias Sociais e Eleições 2010* (pp. 14-20). Ebook coletivo, Creative Commons. Recuperado em 07 jan. 2022, de <https://www.slideshare.net/tarushijio/ebook-midias-sociais-e-eleicoes-2010>

PaperCliq. Santos, N. & Brito, R. (Orgs.). (2011). *Mídias Sociais e Eleições 2010*. Ebook coletivo, creative Commons. Recuperado em 07 jan. 2022, de <https://www.slideshare.net/tarushijio/ebook-midias-sociais-e-eleicoes-2010>

Said, F., & Congresso em Foco. (2020, 28 de maio). Ex-aliados de Bolsonaro mostram como funciona o gabinete do ódio. Congresso em foco. Portal Uol. Acesso em 07 jan. 2022, de <https://congressoemfoco.uol.com.br/area/governo/ex-aliados-de-bolsonaro-detalham-modus-operandi-do-gabinete-do-odio/>

Safatle, V. (2020a). *Maneiras de transformar mundos: Lacan, política e emancipação*. Belo Horizonte: Autêntica.

Safatle V. (2020b). *Bem vindo ao estado suicidário*. Pandemia crítica, N-1 edições. Acesso: 07 jan. 2022, de <https://www.n-1edicoes.org/textos/23>

Santos, N. (2011). Democracia, eleições e redes sociais online: uma possibilidade de pluralização do diálogo. In: PaperCliq. Santos, N. & Brito, R. (Orgs.), *Mídias Sociais e Eleições 2010* (pp. 38-44). Ebook coletivo, Creative Commons. Recuperado em 07 jan. 2022, de <https://www.slideshare.net/tarushijio/ebook-midias-sociais-e-eleicoes-2010>

Sakamoto, L. (2017, 05 de março). *Dos "fatos alternativos" do governo Trump às "verdades alternativas" de FHC*. Blog do Sakamoto, Uol notícias. Acesso em 07 jan. 2022, de <https://blogdosakamoto.blogosfera.uol.com.br/2017/03/05/dos-fatos-alternativos-do-governo-trump-as-verdades-alternativas-de-fhc/?cmpid=copiaecol&cmpid=copiaecola>

Žižek, S. (2012). *O Amor Impiedoso (ou: sobre a crença)* (L. M. C. Ribeiro, trad.). Belo Horizonte: Autêntica.

### Notas:

<sup>1</sup> Para uma retomada das análises da época, remetemos o leitor a uma coletânea com o título *Mídias Sociais e Eleições 2010* (PaperCliq, Santos & Brito, 2011). Vários artigos destacam o sucesso da campanha americana que elegeu Barack Obama, destacando, dentre suas estratégias de uso das redes sociais, a criação de canais oficiais para desmentir boatos (Oliveira, 2011). Alguns autores, porém, já traziam uma dose de ceticismo em suas análises.

<sup>2</sup> “Trata-se de uma estrutura que desfere ataques ofensivos a diversas pessoas, às autoridades e às instituições, com conteúdo de ódio, subversão da ordem democrática e incentivo à quebra da normalidade institucional” (Said & Congresso em Foco, 2020).

<sup>3</sup> Referência a uma fala de Bolsonaro em 2021, após um evento da CPI da Covid, em que disse estar “cagando para a CPI”. Azevedo (2021) interpreta com um chiste que inverte o sentido, insinuando um “se borrar” de medo.

**Citação/Citation:** Bispo, F. S.; Scaramussa, M. F.; Silva, B. O.. (2022) *Bolsonarismo e a psicologia das massas 100 anos depois*. *Trivium: Estudos Interdisciplinares* (Ano XIV, no. spe.), pp. 113-126.